

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Aquisição de mudas de flores ornamentais, para plantio em áreas públicas do Município.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)**

descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

Em vistorias realizadas pela cidade de Dois Vizinhos, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos verificou a necessidade da revitalização de espaços públicos (praças, rotatória, canteiros centrais e demais espaços necessários).

A contratação ora proposta se faz necessária uma vez que a Administração Pública não possui horto municipal, nem local adequado e servidores efetivos para executarem os serviços de preparação do solo, adubação e plantio.

Com a realização da contratação da compra das mudas de flores, as vias públicas serão revitalizadas, gerando o embelezamento visual da paisagem urbana, melhorando a estética dos espaços, bem como contribuindo com a qualidade de vida dos munícipes e visitantes.

A aquisição de mudas de flores está legalmente fundamentada na Lei n.º 10.711/2003 que cria o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e demais legislações vigentes que regulamentam o Registro Nacional de Sementes e Mudas - **RENASEM**.

**2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**

Atualmente está previsto no Plano Anual de Compras com ID 1339 ao 1352, Identificador n.º 98.7541-28/2024 mudas de flores de outras espécies.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

- A empresa deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

- A empresa deverá ocorrer através de certificados emitidos por órgãos competentes, sendo estes:

- **Comprovação de Alvará de Licença e Funcionamento;**

- **CAR - Cadastro Ambiental Rural;**

- **RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudas;**

- **Indicação do responsável técnico pelo viveiro, devidamente cadastrado no CREA com registro ativo;**

**4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;**

As variáveis utilizadas nesse estudo, possibilitou que se chegasse a um denominador quanto a necessidade de revitalizações dos locais públicos no que compete ao embelezamento de canteiros centrais, rotatórias, plantio em praças e demais espaços do Município, estimando-se 42.000 mudas de flores.



**5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)** V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para atender a demanda existente dos itens ora solicitados, vislumbra-se 02 soluções possíveis:

Solução 01 - aquisição das mudas por meio de Horto Municipal.

Solução 02 - aquisição por meio de contratação pública.

Para a solução 01: O município não possui horto municipal e servidores efetivos para executar os serviços de preparação do solo, adubação e plantio, e a implantação de horto municipal torna-se inviável e oneroso, pois o município não tem local adequado.

Para a solução 02: A Administração Pública opta pela contratação de empresa para a entrega das mudas de plantas, uma vez que a demanda de trabalho é grande e não possui em seu quadro funcional servidores suficientes ou estruturas necessárias para a produção, resguardando assim, de forma sustentável e com responsabilidade o zelo pelo paisagismo do Município.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Estima-se para a aquisição almejada o valor de R\$ 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais).

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A aquisição por meio de contratação de empresa especializada para entrega de mudas prontas para o plantio, justifica-se por ser a melhor opção no momento e a



solução para a execução do projeto de revitalização, devido à falta de mão de obra da Secretaria, bem como para o primeiro momento a falta de tempo hábil e estrutura necessária para a produção de mudas, uma vez que o Município não dispõe de viveiro municipal.

**8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII – justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

Pretende-se realizar a contratação de empresa especializada para a aquisição de mudas de flores.

Neste caso o item não terá seu fornecimento parcelado em cotas, tendo em vista que a licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

**9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:**

Tendo em vista os pontos levantados neste Estudo Técnico Preliminar, concluímos que a contratação proposta é viável e atende ao princípio da razoabilidade.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:**

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.



Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	<b>José Carlos Ventura Junior</b>
Fiscal Administrativo:	<b>Mariza Alves de Lima Silvestre</b>
Fiscal de Recebimento/Execução:	<b>Rogério Luís Nunes</b>
Fiscal Técnico:	<b>Rogério Luís Nunes</b>
Suplentes:	<b>Jonatan Santin</b>

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18**

##### **§ 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Para suprir essa necessidade somente este contrato atenderá a demanda exigida.

#### **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei**

**14.133/2021)** XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável;

Não foram identificados possíveis impactos ambientais. O plantio de mudas só terá o impacto visual do ambiente, melhorando a estética das áreas e também é uma forma de minimizar a degradação ambiental. Neste sentido, a empresa deverá estar inscrita e credenciada no RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas, garantindo assim a preservação do meio ambiente e cumprimento da legislação vigente.

#### **13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante do exposto, verifica-se que o estudo preliminar evidencia que a contratação é tecnicamente possível e adequada às necessidades desta Administração. Por fim, a previsão e viabilidade financeira, entende-se como viável e razoável a contratação por meio de processo licitatório, mediante o levantamento da necessidade da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos descrito neste ETP, para atender ao interesse público



**14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;**

O fornecimento das mudas será de forma fracionada, conforme solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A entrega deverá ser semanal, sendo que o pagamento será conforme quantidades solicitadas, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

**15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.**

Modalidade de licitação: **Pregão**

Critério de julgamento: **Menor preço por item**

Modo de disputa: **aberta**

**16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;**

Não se aplica

**17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;**

Análise de risco em anexo





Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

7

**18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.**

**Parágrafo único.** Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não será sigiloso

Dois Vizinhos, 27 de junho de 2024

**José Carlos Ventura Júnior**  
Secretário de Desenvolvimento Rural,  
Meio Ambiente e Recursos Hídricos

  
**Rogério Luís Nunes**  
Técnico em Agropecuária  
Matrícula Funcional n.º 87.601